

**XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA
(08/05/2010)**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Utilize exclusivamente caneta de tinta **azul ou preta indelével**.
2. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas finais do próprio caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientações jurisprudenciais. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de **corretivos e canetas hidrográficas fluorescentes bem como valer-se de rasuras**, devendo o candidato **utilizar-se da palavra “DIGO” para referir-se ao texto correto**.
6. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova **não será prorrogado**, sendo que o candidato poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início. A saída do candidato **com o caderno de questões** dar-se-á após 3 (três) horas do início da prova.
7. A prova é composta de seis questões. As duas primeiras valem 1 (um) ponto cada uma e as 4 (quatro) seguintes, 2 (dois) pontos cada uma, conforme especificado nos enunciados.

BOA SORTE!

PERGUNTA N.º 01 (01 pts)

Qual o fato gerador da contribuição previdenciária cuja competência para execução está acometida à Justiça do Trabalho? Diante da falência do executado, como o juiz deve proceder para levar a cabo a execução da contribuição previdenciária e respeitar o privilégio do crédito trabalhista?

PERGUNTA N.º 02 (01 pts)

O empregado pode se recusar a ser promovido no emprego ou a promoção é direito potestativo do empregador que poderá até mesmo puni-lo por ato de indisciplina ou insubordinação?

PERGUNTA N.º 03 (02 pts)

Uma das características dos sistemas constitucionais contemporâneos é a transversalidade dos direitos humanos que, em termos práticos, significa a interligação entre os chamados deveres de abstenção e os deveres de prestação do Estado e dos agentes privados, quer para a teoria da aplicação horizontal direta, quer para a aplicação indireta.

Numa ação civil pública movida contra uma mineradora e diversos prestadores de serviços por ela contratados, o Ministério Público do Trabalho postulou que o tomador se abstinhasse de excluir horas de trajeto da planilha de custos dos prestadores de serviço, para que a jornada prestada não excedesse as oito (08) horas diárias e as quarenta e quatro (44) semanais, já computadas as horas de trajeto, além de reparações por dano moral coletivo.

Os argumentos do magistrado para acolher os pedidos basearam-se numa inspeção judicial de vinte e nove (29) horas e na circunstância de o *locus* da execução do contrato ser uma floresta nacional, onde o direito de ir e vir sofre severa restrição legal por força do *ethos* da conservação da biota (fauna e flora): isso porque a jornada concretamente executada (incluído o deslocamento e a preparação para o deslocamento) durava quinze (15) horas diárias, comprometendo uma série de aspectos da vida civil e social dos cidadãos, desde o descanso até a fruição de suas convicções religiosas, o convívio familiar, inclusive o exercício de suas funções paternas, além do direito ao lazer.

A base da decisão encontra respaldo na jurisprudência consolidada e sumulada do TST, mas também recorreu a conceitos de direito econômico, como o *dumping*, para interferir no regime de contratos do tomador e impor obrigações de não fazer, relacionadas com o descumprimento de legislação federal pelos prestadores de serviço. Trata-se da imposição horizontal de direitos fundamentais. Mas qual a legitimidade jurídica, legal e sociológica para tais imposições judiciais?

PERGUNTA N.º 04 (02 ptos)

Qual a possibilidade de ação rescisória em sentenças normativas proferidas em Dissídios Coletivos?

PERGUNTA N.º 05 (02 ptos)

Empresa transportadora de cargas, por exigência de sua seguradora, inseriu em suas normas internas de pessoal (as quais os empregados tomam ciência por ocasião da admissão) restrições de trabalho aos motoristas que tiverem apontamentos nos órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC). Ocorrendo tal situação, o empregado tem seu contrato de trabalho suspenso por x dias para sanar o problema.

Em dada empresa ocorreu essa hipótese. Um motorista teve seu nome encaminhado ao SPC/SERASA, razão pela qual a empregadora concedeu x dias para resolver a pendência financeira.

Após esse período, persistindo o apontamento, a empresa condicionou o retorno do empregado ao pagamento das dívidas pendentes.

Sem condições de resolver a questão, o empregado requereu judicialmente a rescisão indireta de seu contrato de trabalho, ao que se opôs a empresa, alegando abandono de emprego.

Analise a validade da norma em comento e aponte a solução que entende mais correta.

PERGUNTA N.º 06 (02 ptos)

Empregada ingressa em juízo alegando que jamais recebeu o auxílio creche previsto em cláusula de norma coletiva, embora tivesse um pequeno filho de 03 anos de idade, que frequentava uma instituição educacional particular. A reclamada defendeu-se alegando que a norma coletiva, na cláusula que dispunha sobre o auxílio creche, estipulava que a interessada deveria comprovar a necessidade do benefício, fazendo o requerimento por escrito, o

que não foi feito pela reclamante. A pretensão foi rechaçada pela vara do trabalho, sob o fundamento de que a aludida cláusula da norma coletiva aplicável realmente exigia a comprovação da necessidade do benefício, feita em requerimento por escrito. A reclamante, inconformada, recorreu ordinariamente, afirmando que o fato de não haver postulado o benefício exatamente na forma prescrita no instrumento coletivo não poderia ser fundamento para privá-la do mesmo, pois a reclamada sabia que a reclamante possuía uma criança de tenra idade, fato incontroverso nos autos. Além disso, tinha a empresa as maiores e mais amplas condições de conhecer a cláusula na norma coletiva aplicável. A recorrente, no entanto, não tinha condições de saber, à época, da existência de tal cláusula, de modo que deveria ser acolhida a sua pretensão.

Qual a solução que o candidato daria a essa questão? Fundamente.